



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB

GIRLENE NÓBREGA DE MEDEIROS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE INCLUSÃO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS**

PATOS, PB

2014

GIRLENE NÓBREGA DE MEDEIROS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE INCLUSÃO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROFA. MA. ROSÂNGELA DE ARAUJO MEDEIROS

PATOS, PB

2014

UEPB - SIB - Setorial - Campus VII

M488e Medeiros, Girlene Nóbrega de
Um estudo de caso sobre inclusão educacional [manuscrito]:
possibilidades e desafios / Girlene Nóbrega de Medeiros. - 2014.
48 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura
em Pedagogia - PARFOR) - Centro de Ciências Exatas e Sociais
Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

“Orientação: Prof. Ma. Rosângela de Araújo Medeiros, CCEA”.

1. Inclusão educacional. 2. Ensino-aprendizagem.
3. Educação especial. I. Título.

21. ed. CDD 379

GIRLENE NÓBREGA DE MEDEIROS

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE INCLUSÃO EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Data de avaliação: 25/07/2015

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Ma. Rosângela de Araujo Medeiros
(UEPB)



Examinadora: Profa. Ma. Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva
(UEPB)



Examinadora: Profa. Dra. Tatiana Cristina Vasconcelos
(UEPB)

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada primeiramente a Deus, que dá a força necessária através da fé para continuar a lutar e concretizar sonhos.

À minha família que acompanham meus passos, acreditando no sucesso da realização desta caminhada, passando juntos momentos de alegria e dificuldades, experiências que trazem importantes ensinamentos.

Agradecimento especial para os companheiros de estágio pela paciência, profissionalismo e valiosos aprendizados na importante realização de nossa pesquisa, sempre com os ouvidos e corações abertos.

Agradeço à orientadora Rosângela Medeiros pelo acompanhamento deste trabalho, de forma tranquila e objetiva, demonstrando seu compromisso pela educação.

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

(Boaventura de Sousa Santos)

RESUMO

O processo de inclusão educacional dos alunos com deficiência no ensino regular constitui o tema abordado neste trabalho monográfico, que objetiva refletir acerca da inclusão educacional no processo ensino-aprendizagem. Adotou-se como metodologia a pesquisa o estudo de caso, conforme Gil (2002) e foi baseado nas reflexões de Mantoan (2006), Xavier (2002), Figueira (2011), entre outros. A pesquisa revelou que o processo de inclusão tem como meta assegurar às pessoas com deficiências uma aprendizagem mais significativa, desenvolvendo habilidades de acordo com suas limitações. Evidenciou-se assim a importância da escola como espaço no convívio social e do respeito à diversidade, bem como a relevância da formação de profissionais de educação para garantir a aprendizagem a todos os alunos com ou sem deficiências. Analisou-se ainda que esse processo pode ser efetivo com professores bem formados, competentes e comprometidos com uma prática pedagógica de qualidade.

Palavras-chaves: Inclusão educacional. Ensino-aprendizagem. Diversidade.

ABSTRACT

The process of educational inclusion of students with disabilities in mainstream education is the subject discussed in this monograph, which aims to reflect on the educational inclusion in the teaching-learning process. It was adopted as methodology research case study, according to Gil (2002) and was based on the reflections of Mantoan (2006), Xavier (2002), Figueira (2011), among others. The survey revealed that the inclusion process aims to ensure people with disabilities a more meaningful learning, developing skills according to their limitations. It showed as well the importance of school as a space in social life and respect for diversity and the importance of training education professionals to ensure learning for all students with or without disabilities. It analyzed although this process can be effective with well-trained teachers, competent and committed to a pedagogical practice quality.

Keywords: Educational inclusion. Teaching and learning. Diversity.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 INCLUSÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM... | 11 |
| 2.1 Breve histórico da inclusão educacional | 11 |
| 2.2 Educação inclusiva: conceitos e propostas | 14 |
| 2.3 A legislação e a inclusão escolar | 16 |
| 2.4 A inclusão educacional na escola | 23 |
| 2.4.1 O perfil do professor inclusivo | 25 |
| 2.4.2 Como efetivar a inclusão escolar | 27 |
| 3 A PESQUISA DE CAMPO: A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA | 29 |
| 3.1 O estágio como pesquisa: metodologia..... | 29 |
| 3.2 A escola investigada | 31 |
| 3.2.1 A sala de aula: Observação e a voz da professora | 32 |
| 3.2.2 O projeto de intervenção realizado na escola | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 38 |
| REFERÊNCIAS..... | 41 |
| ANEXO A – PROJETO PEDAGÓGICO | 43 |

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão do aluno com necessidades especiais em sala de aula vem sendo bastante discutido nos últimos anos. É preciso levar em consideração o entendimento de como e quando realizá-lo, implicando, essencialmente, na elaboração e na formação de profissionais capacitados para atender as necessidades dos alunos no âmbito escolar.

Garantir que todas crianças e adolescentes tenham seus direitos preservados e respeitados, assegurando-lhes uma educação inclusiva não significa incluir somente a pessoa com deficiência no sistema regular de ensino, diz respeito à oferta de um sistema educacional de qualidade para um conjunto de sujeitos.

Normalmente, este processo é compreendido como integração. Mas integrar não é incluir. Assim, é importante diferenciar o que significa a integração e a inclusão. Na primeira o aluno é que tem que se adaptar a escola, buscando alternativas para se integrar, ao passo que na segunda a estrutura educacional deverá modificar-se para receber o aluno com deficiência.

Considerando este contexto, o presente trabalho tem como tema a inclusão educacional no processo ensino-aprendizagem e sua problemática consistiu em responder qual o maior problema das escolas quando o assunto é inclusão escolar. A inclusão escolar funciona em uma escola investigada? Qual o papel do professor na inclusão escolar? Quais atividades didáticas podem ser realizadas na sala de aula, baseadas na lógica inclusiva? O que mudaria na escola regular com o surgimento desta nova escola?

Para responder a tais problemáticas, o principal objetivo desta pesquisa foi analisar aspectos relacionados à inclusão educacional no ensino de alunos com deficiência.

Diante disso, surgiram os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o caminho percorrido pela educação especial ao longo da história;
- Pontuar o papel do professor frente ao processo de inclusão educacional;
- Apresentar o estudo de caso realizado em uma escola campo de estágio supervisionado.

Por meio destes pretende-se mostrar que a inclusão social surgiu como oposição à prática da exclusão, já que os “diferentes” eram considerados incapazes, levando assim, uma vida sem perspectiva. Nos dias atuais no contexto educacional existem muitas discussões referentes à inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas, pois implica numa mudança de paradigma, causando alterações na prática educativa e desacomodando toda a comunidade escolar.

A educação inclusiva hoje em dia, é um tema muito discutido em encontros de educadores. Visando colaborar com esta temática, este estudo tem importância porque pode contribuir para a elucidação do termo educação inclusiva visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem, garantindo a todos os alunos a permanência e o sucesso escolar.

Além disso, justifica-se também a necessidade de entender o que é uma educação inclusiva, pois muitos professores e sistemas de governo acreditam que significa apenas aceitar alunos deficientes em sala de aula. No entanto, educação inclusiva implica também na percepção e valorização das diferenças, voltada para práticas pedagógicas, organização de espaços e currículos voltados para a diversidade e multiculturalidade.

Esta temática foi escolhida porque a pesquisadora, também educadora, sempre se depara em sua vivência com a inserção de crianças com deficiência na escola, nem sempre na perspectiva de educação inclusiva. Assim, foi surgindo uma necessidade de entender melhor a inclusão e formas de efetiva-la.

Afinal a inclusão não é apenas solidariedade e consciência cidadã por parte da comunidade escolar. É preciso inserir o educando como parte do grupo, de forma que tenha as mesmas oportunidades em seu processo de aprendizado. A exclusão é muitas vezes silenciosa e repleta de barreiras atitudinais compostas pelo preconceito e discriminação. Quando se compreende que todos os sujeitos são diferentes até no processo de aprender, então pensar na inclusão torna-se de grande importância para a sociedade, para escola e para esses indivíduos.

Desta forma, organizou-se este estudo de caso, iniciado com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, depois realizou-se um estudo na escola-campo do estágio supervisionado em uma escola de ensino fundamental I, na cidade de Patos-PB. Para coleta de dados, foram utilizados os registros de observação da escola e das atividades em uma turma do Ensino Fundamental, a realização de entrevista

com professora e proposição de um projeto didático voltado para práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, a investigação que aqui se apresenta está organizada em 3 capítulos. No primeiro, introdutório, expõe-se o tema, problemática, objetivos, justificativa e estrutura do trabalho. O segundo capítulo explicita conceitos, propostas e histórico da inclusão educacional, abordando ainda o perfil da escola e do professor inclusivos. No terceiro, compartilha-se o estudo de caso realizado em uma escola campo de estágio supervisionado, onde se realizou observações, entrevista e projeto de intervenção didático-pedagógica, enfocando o tema central aqui tratado.

2 INCLUSÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Este capítulo apresenta um breve histórico da inclusão educacional, expondo conceitos, propostas e legislação relacionadas. Também discute a inclusão educacional na escola, versando sobre o perfil do professor inclusivo e formas de garantir um processo educativo que contemple as diferenças.

2.1 Breve histórico da inclusão educacional

A educação inclusiva é um tema que abrange diversos aspectos, tanto de cunho econômico, psicológico e social. Atualmente esta temática tem sido bastante discutida. Os alunos com deficiência precisam de um acompanhamento adequado e especializado, para que a aprendizagem e a socialização aconteçam de forma efetiva na escola.

Assim percebe-se que a educação inclusiva, com o passar dos anos, tem conquistado um espaço maior nas discussões e vivências da educação, entretanto, ainda é necessário que haja um comprometimento da escola e da família, para que ambas possam minimizar a exclusão que a própria sociedade pratica em relação às pessoas com deficiência.

Sassaki (1997, p. 04) considera que “[...] inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Historicamente falando, tanto a exclusão como a inclusão social são aspectos componentes de um mesmo contexto, enfatizando que a primeira está relacionada a construção da ideia de que as pessoas com deficiência devem ser tratadas sob a ótica da inferioridade e discriminação.

Por outro lado, a inclusão social concretiza-se mediante a garantia da efetivação dos direitos de todos os cidadãos como determina as leis estabelecidas. Desta forma, todos os segmentos sociais devem ser incluídos na sociedade, buscando minimizar a perversa face da atual sociedade excludente, que tem raízes históricas.

De acordo com Correr (*apud* SANTIAGO, 2010, p.7):

[...] existiram na história da humanidade diversos níveis de entendimento sobre o que representaria a deficiência e qual seria a maneira mais adequada de tratá-la. Pode-se observar que, independentemente dos níveis de entendimento, desde os pré-científicos – nos quais imperava a crença no sobrenatural – até os mais científicos – caracterizados por uma leitura objetiva e empiricamente fundamentada -, a trajetória das pessoas com deficiência inscreveu-se, no processo de história, como um longo capítulo de exclusão e preconceito [...].

Nas civilizações antigas, como a romana e a grega, todas as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ou que viessem adquirir eram descartadas ou sacrificadas de forma cruel, sendo jogadas em abismos ou lançadas ao mar. Isso ocorria devido ao contexto socioeconômico da época, já que aconteciam constantes batalhas e era de preferência que todos tivessem uma boa condição física.

Aqui no Brasil as pessoas com deficiência eram tratadas de formas semelhantes, como afirma Figueira,

[...] antigamente no Brasil, relatos de historiadores e antropólogos, confirma que já existia a prática de exclusão entre os indígenas, a partir do momento em que nascia uma criança com deficiência, ou viesse futuramente adquirir alguma deficiência, eram logo eliminadas de formas cruéis, sendo abandonadas na mata, lançadas montanhas abaixo e sacrificadas em rituais (2011, p.10).

O nascimento de indígenas com algum tipo de deficiência era considerado castigo dos deuses. Posteriormente, no período da escravidão, os negros com deficiências sofriam maus tratos dos benfeitores, com espancamentos, punições e, no trajeto dos escravos, eram submetidos a navios negreiros superlotados e situações de calamidades, sujeitos a contrair doenças, o que levava a não chegarem vivos ao local de desembarque (SANTIAGO, 2010).

Mas foi no Brasil Colônia, de acordo com Figueira, que surgiram instituições voltadas para atender as pessoas com deficiência. Assim,

[...] os primeiros hospitais brasileiros, as Santas Casas de Misericórdia, surgiram a partir de iniciativas da Igreja católica, que quase sempre nasciam como instituições destinadas a apoiar uma ampla variedade de excluídos, já estabelecendo uma cultura assistencialista [...] (2011, p.15).

A criação de hospitais foi de suma importância, pois os colonos portugueses sofriam muito com a presença de vários insetos, transmissores de várias doenças que acarretavam limitações físicas e sensoriais, chegando até os casos mais graves, com doenças e ferimentos mortais.

Diante do contexto histórico, as lutas dos indivíduos com deficiência não só aconteceu no Brasil, mas em outros países. Isso foi relevante para que houvesse uma fase inicial no processo de inclusão, fazendo com que essas pessoas tivessem acesso à integração através do acompanhamento especializado.

Quanto ao conceito de inclusão, Santiago afirma que

[...] na idade média, as sociedades teriam avançado um pouco em respeito à vida de pessoas com deficiência, mas submeteram-nas a segregação em ambientes infectos, inadequados, separando-as de suas famílias e do resto sociedade. É, somente, no século XX que surgem as primeiras ações em prol da prática da integração de pessoas com deficiência. Mas em finais dos anos 80 e da década de 90 se confirma a insuficiência da prática integrativa e se cunha o conceito de inclusão social [...] (2010, p. 6).

Também na década de 80 e 90, termos como aleijado, incapacitado, defeituoso entre outros eram usados de maneira pejorativa para fazer referências aos sujeitos que apresentavam algum tipo de deficiência. É importante destacar que o uso da expressão deficiente ainda é recorrente nos discursos relacionados à temática em questão, mesmo sabendo que hoje esse termo se encontra em desuso. Neste sentido, pensar em uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer pensar na linguagem utilizada, que carrega sentidos e deve demonstrar respeito à pessoa com deficiência.

Novas terminologias têm surgido com o passar dos anos, das pesquisas e reflexões nesta área, objetivando minimizar o preconceito que as expressões utilizadas podem carregar. Atualmente a palavra deficiente foi substituída pela expressão “pessoas com deficiência”.

Assim, Mittler (2003, p. 31) considera que

[...] atualmente, as pessoas sentem-se desconfortáveis com o uso diário de linguagem que está cada vez mais tornando-se ofensivamente inapropriada. Com a utilização do uso contínuo da terminologia, deve ser considerado inaceitável em relação à linguagem sexista e racista, estereotípicos, baseados na ideia das características comum vinculado a um rótulo.

Portanto, o sujeito não é um portador. A deficiência, na verdade, não é uma carta, uma mensagem, ou uma carga que a pessoa despeja e entrega a outro alguém em qualquer lugar. De fato, a deficiência é uma condição que acompanhará o indivíduo por todo o processo de sua vida, isto é, os sujeitos com deficiência passam por diversas dificuldades. Apesar de algumas mudanças conceituais, percebe-se que ainda é notória a compreensão um tanto quanto preconceituosa quando diz respeito às deficiências, inclusive no campo educativo, quando se pensa em educação inclusiva.

2.2 Educação inclusiva: conceitos e propostas

O processo inclusivo pode significar uma revolução educacional e envolve a compreensão de uma escola eficiente, diferente, aberta, igualitária e democrática, ultrapassando as limitações para alcançar, de fato, a inclusão.

Sabe-se que a inclusão proporciona mudanças no sistema educacional e deve ser trabalhada de maneira que o aluno possa estar presente na escola de forma participativa, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. O principal foco da inclusão é transformar a educação um bem comum que busca reduzir os obstáculos que limitam a aprendizagem e a participação dos alunos com deficiência.

Para Ballard (apud SÁNCHEZ, 2005, p. 8), “todos os alunos tem o mesmo direito a ter acesso a um currículo culturalmente valioso e em tempo completo, como membros de classe escolar e de acordo com sua idade”. Assim, fica evidente que a inclusão valoriza a diversidade e não a semelhança. Apesar das diferenças, todos têm direito o acesso à escola, mas para que isso ocorra efetivamente é preciso que aconteçam mudanças na educação inclusiva, de forma a propor uma visão estrutural e cultural, que forneça subsídios para o desenvolvimento de uma educação igualitária em que todos possam ter acesso.

Para tanto, a educação inclusiva deve promover o desenvolvimento de valores e justiça, solidariedade e igualdade concretizando o aprender a viver juntos e o aprender a ser. Sanchez (2005) pontua que a educação na diversidade é um caminho essencial para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os princípios do pluralismo, da convivência e da democracia.

De acordo com Prieto (2006), a educação inclusiva envolve um novo paradigma educativo, constituída por novas práticas pedagógicas, nova estrutura curricular e considera os diferentes ritmos de aprendizagem, logo, formas de avaliar também se modificam. Rompe-se com diversas questões dos sistemas de ensino. Neste sentido, a inclusão institui uma educação eficaz para todos, sustentando que as escolas, enquanto comunidades educativas precisam satisfazer as necessidades de todos os alunos, perante suas características pessoais, psicológicas e sociais.

Embora os termos inclusão/integração sejam semelhantes, existe uma diferença de valores e de práticas entre estes. Ambos são empregados para apresentarem situações diferenciadas, possuindo condicionamentos e metas contrárias. A integração prepara os alunos para serem inseridos nas escolas regulares, o que significa um conceito de prontidão para transferir o aluno da escola especial para a regular (MITTLER, 2005).

Na integração a escola não se adapta às necessidades do aluno. O aluno quem tem que se adaptar ao meio, já que nem todos os alunos são colocados nas escolas e inseridos no ensino regular. Assim, o sistema se baseia na individualização de programas os quais devem promover a adaptação de pessoas com deficiência ou não.

Ainscow caracteriza a inclusão da seguinte maneira,

a agenda da educação inclusiva refere-se à superação de barreiras, à participação que pode ser experienciada por quaisquer alunos. A tendência ainda é pensar em **política de inclusão** ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais **especiais** (*apud* MITTLER, 2005, p. 35).

A educação inclusiva não implica somente incluir a pessoa com deficiência no sistema regular de ensino, diz respeito também a oferta de um sistema educacional de qualidade para um conjunto de sujeitos que sofrem exclusão, proporcionando a integração. Para pensar o processo de inclusão faz-se necessário compreender e diferenciar inclusão e integração.

A educação inclusiva tem como objetivo principal favorecer a todos o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, promovendo aos alunos a capacidade de fazer uso destes conhecimentos, tanto para produção de novos saberes, como para o exercício da cidadania, respeitando a diversidade cultural e suas características pessoais (MITTLER, 2005).

A inclusão educacional tem sido mal compreendida em relação ao apelo as mudanças nas escolas comuns e especiais. É sabido que sem essas mudanças não é possível garantir um acesso total a todos os alunos, oferecendo subsídios para continuar seus estudos, a limitação de cada indivíduo seja tem de ser respeitada, não havendo discriminação, nem espaço segregado escolar.

Portanto, a inclusão representa na verdade uma transformação nos valores, nas escolas, na legislação e na sociedade como um todo. Embora a escola empregue uma linguagem que defende a promoção da diversidade, justiça social e igualdade de oportunidades, a sociedade ainda se encontra bastante desigual, que por sua vez, reflete muito no sistema educacional como um todo (MANTOAN, 2006).

2.3 A legislação e a inclusão escolar

O movimento de inclusão encontra respaldo em documentos orientadores de abrangência internacional e nacional. Neste sentido a Assembleia Geral das Nações Unidas do ano de 1948 proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabeleceu mundialmente a igualdade de todos os cidadãos, que baseou a promulgação da Constituição brasileira, no reconhecimento de que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (BRASIL, 2008a, p. 126).

Neste contexto, a Declaração dos Direitos Humanos implica sobre os direitos civis e políticos que são conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais, garantindo que todos os cidadãos sejam iguais e que tenham direitos assegurados. Já a Constituição do Brasil enfatiza, em seu artigo 2º, que “[...] toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião de política ou de outra natureza, origem nacional ou social” (idem).

Com isso, associa-se o valor da liberdade ao valor da igualdade de forma global, de forma a garantir aos indivíduos com deficiência os mesmos direitos, seja no acesso e permanência na Educação Básica, no direito de ser livre, de uma vida com mais respeito, para que todos possam ter acesso à participação efetiva na sociedade.

Assegurando esse princípio de igualdade, a Constituição da República Federativa do Brasil determina formalmente os mesmos direitos elaborados na

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste contexto, foi implantada no país uma nova prática administrativa representada pela descentralização do poder.

A Constituição estipula que os municípios são contemplados com autonomia política para tomar as decisões cabíveis e implantar os recursos e processos necessários para assegurar a qualidade de vida a todos os seus habitantes. Recomenda-se que seja feito um levantamento no município em relação às necessidades que as pessoas enfrentam, com intuito de planejar e programar todos os recursos e trabalhos que se revelam necessários para atender as necessidades em todas as áreas das políticas públicas (ARANHA, 2004).

A Constituição Federal Brasileira dispõe que

a educação, direito e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2008a, p. 136).

Desta forma, garantir o direito igualitário aos cidadãos, não significa assegurar tratamentos iguais. É necessário que cada indivíduo possa ter meios para desenvolver suas potencialidades. Assim, para que o princípio da igualdade aconteça de verdade, é preciso que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversificadas a todos os cidadãos.

Na Carta Magna de 1988 fica também assegurado que é dever do Estado prover a educação garantindo “o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiências, exclusivamente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2008a, p. 137).

A Constituição Federal de 1988 foi responsável por institucionalizar os direitos e garantias fundamentais de maneira inovadora, sendo pioneira em confirmar essas prerrogativas garantidas a todos os cidadãos. Sobre essa questão, Piovesan (2003, p.33) reflete que

[...] a Constituição de 1988 assume como ponto de partida a gramática dos direitos, que condiciona o constitucionalismo por ela invocado. Assim, é sob a perspectiva dos direitos que se afirma o Estado e não sob a perspectiva do Estado que se afirmam os direitos. Há, assim, um direito brasileiro pré e pós-88 no campo dos direitos humanos. O Texto Constitucional propicia a reinvenção do marco jurídico dos direitos humanos, fomentado extraordinários avanços nos âmbitos da normatividade interna e internacional.

Atualmente consta-se em quase todas as constituições de Estados consolidando assim os direitos humanos e desenvolvendo métodos de responsabilidade, ofertando meios de responsabilidade e controle pelo poder do estado. Assim cada indivíduo deve ser reconhecido perante a família e a sociedade no sentido de que possa ter um espaço para demonstrar seus próprios valores, capacidades e habilidades, devendo ter suas diferenças respeitadas.

Esse reconhecimento tornou-se mundialmente discutido e proposto especificamente na Declaração de Salamanca, voltada especialmente para a inclusão social e educacional, proclamada em 1994, em Salamanca (Espanha), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Esse texto caracteriza-se como um dos mais importantes documentos elaborados com a presença de 300 representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais referentes às causas apresentadas por pessoas com deficiência (SANTIAGO, 2010).

Assim, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) é um dos mais abrangentes documentos internacionais que contempla a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Neste contexto, os sistemas educacionais devem ser estruturados considerando a diversidade de características e necessidades dos alunos, garantindo para aqueles com deficiência acesso à escola regular que atenda suas especificidades. Sobre isso, Tessaro (2005, p. 43) destaca que “a Declaração de Salamanca constitui um marco importante na história da inclusão, porque oficializou o termo no campo da Educação”.

A referida Declaração indica que:

[...] Toda criança tem direito fundamental à Educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. Escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo sociedade inclusiva e alcançando educação para todos [...] (*apud* LIMA; GARCEZ; FRANÇA, 2008, p. 60).

Esta declaração destaca de forma significativa as necessidades educacionais especiais, mostrando que as escolas precisam adequar formas de educar com eficiência as crianças de acordo com as suas limitações. Neste contexto, percebe-se uma mudança de paradigma, o deficiente deixa de ser o foco principal e passa a centrar-se na pessoa do aluno e no processo de aprendizagem, adaptando-se às necessidades específicas do aluno em relação ao contexto escolar, contando também com o apoio da família e da comunidade escolar.

Assim, os princípios da educação inclusiva foram mais esclarecidos com a divulgação da Declaração de Salamanca em 1994, que enfatiza a importante mudança conceitual em relação aos objetivos da educação especial, transformando a maneira de atendimento educacional das pessoas com deficiências ou que possuem dificuldades no processo de aprendizagem. É preciso que as escolas busquem subsídios para educarem com êxito e respeito cada indivíduo com ou sem deficiência, independente de suas limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou efetivas.

Neste sentido a sociedade brasileira tem formulado dispositivos legais que deixam claro a opção política pela formação de uma sociedade igualitária para todos, como encaminhar as políticas públicas e sua prática social (ARANHA, 2004).

Outro documento também muito importante que assegura a educação das pessoas com deficiência é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), disposto em seu art. 54, enfatiza que o Estado tem o dever de assegurar e garantir à criança e ao adolescente: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2012, p. 31).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu art. 53, que: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação do trabalho” (BRASIL, 2012, p. 31).

No contexto brasileiro dos documentos norteadores da inclusão escolar se faz necessário destacar também a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996).

Neste sentido os municípios brasileiros receberam a partir da referida lei a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de

idade. Com isso, a oferta da Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens passou a ser prioridade para todos que neles residem.

Para Aranha (2004) é responsabilidade do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para colocar em prática, em sua realidade sociogeográfica a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, assim como significativa parcela da legislação brasileira que trata da educação inclusiva não expõe essa expressão em seus textos normativos, fazendo a opção pela denominação educação especial, embora conceitualmente sejam termos diferentes.

A educação especial é voltada para o atendimento específico e exclusivamente a alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas se dedicam apenas a um tipo de necessidade, enquanto outras se dedicam a várias. O ensino especial tem sido alvo de críticas por, muitas vezes, não promover o convívio entre as crianças especiais e demais crianças. Desta forma, é preciso ter em mente que a escola regular busca oferecer uma resposta capaz de atender às necessidades físicas, emocionais e intelectuais destas crianças (MESSEDER, 2012).

A escola conta com materiais, equipamentos e professores especializados. De modo geral, a educação especial lida com fenômenos de ensino e aprendizagem que não são os mesmos, ou seja, essas modalidades trabalham com a educação e o aperfeiçoamento de pessoas que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 no art. 58 no inciso III “A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil” (idem, p. 45). O autor ressalta a importância do atendimento escolar integrado as classes comuns de ensino regular desde a Educação Infantil. Assim, situa a educação especial como um componente integrante no sistema educacional, não sendo tratada de forma segregada.

Para tanto, não basta apenas inserir um aluno com deficiência, é preciso que tenha diversidade metodológica nos sistemas escolares, e que também haja mudanças no atendimento para que os objetivos sejam de fato alcançados.

Também no art. 59 fica assegurado que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “currículos, métodos, técnicas,

recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p. 177).

Para tanto o sistema de ensino deve possibilitar o trabalho que atenda vários ritmos de aprendizagem em uma mesma turma, motivando o aluno a aprender continuamente, pois utiliza um meio com que ele se identifica, proporciona aos alunos conhecimentos tecnológicos necessários para ocupar seu lugar no mundo do trabalho, alivia a carga administrativa do professor, deixando mais tempo livre dedicado ao ensino e à ajuda individual, estabelecendo uma ponte entre comunidade e sala de aula.

Assim o art. 60 da mesma lei também expressa que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. No parágrafo único fica assegurado que “o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições neste artigo” (idem).

Este parágrafo tem sido questionável pela previsão de que, independente do apoio às escolas o Poder Público devesse adotar como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento na própria rede pública de ensino aos educandos, deixando claro que esse atendimento deve ser prioritário e não exclusivo.

Outro importante documento que norteia a educação inclusiva brasileira refere-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Neste texto a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa por todas as etapas de ensino e modalidades, e que realiza o atendimento educacional especializado, disponibilizando recursos e serviços que orientam quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas séries comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

O atendimento educacional especializado tem como meta elaborar, organizar e identificar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, respeitando suas necessidades. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse

atendimento complementa a formação dos alunos com relação à autonomia e independência dentro e fora da escola.

Conforme o atendimento educacional especializado algumas atividades são disponíveis como os programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, entre outras. Assim, esta começa na Educação Infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para o processo da construção do conhecimento e desenvolvimento do aluno. Neste sentido

A partir do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se mostra através de meios de serviços de estimulação precoce, que objetivam aperfeiçoar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todos os níveis e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado com o objetivo de apoiar o processo de desenvolvimento dos alunos, formando uma oferta obrigatória dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2007, p. 33).

Contudo, no Ensino Superior, a educação especial efetiva-se por meio de ações que asseguram o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que podem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Desta forma afirma que:

O ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, à educação bilíngue, Língua Portuguesa, Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola. (idem, p. 40).

O atendimento educacional especializado para esses alunos é oferecido tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular.

O educador, para atuar na educação especial, deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns e de recursos do ensino regular, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2007).

Os sistemas de ensino precisam organizar as condições de acesso aos espaços, recursos pedagógicos e comunicação que favoreçam a oferta da aprendizagem e a valorização das diferenças, de maneira a atender às necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser garantida de acordo com a eliminação de barreiras arquitetônicas, equipamentos, mobiliários e o acesso aos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (idem).

Em suma, essas leis sinalizam alterações importantes nas políticas de atendimento educacional de crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. Os documentos citados apontam para a articulação dos órgãos federais, estaduais e municipais para definição de normas e medidas complementares para a área. Mas a concretização depende de como ocorre a inclusão educacional na escola.

2.4 A inclusão educacional na escola

O primeiro ponto para efetivar a inclusão educacional na escola é repensar o currículo, por meio do projeto pedagógico (PP), um importante instrumento teórico metodológico, que define as relações no âmbito educacional juntamente com a sociedade a quem vai atender, deixando claro o que fazer, porque fazer, para quem fazer e como se vai fazer.

Sabe-se que é o PP estabelece uma ligação entre a política educacional promovido pelo poder público e a instituição escolar, definindo conceitos, princípios, objetivos educacionais, método de ação e práticas que serão estabelecidas para promover o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e também dos jovens. (BRASIL, 2004).

O desenvolvimento desse projeto exige reflexão, organização das ações e a coletividade de toda comunidade escolar. Também é preciso que a elaboração do PP norteie e sirva como base para a ação de cada um de seus agentes. Ou seja, quando a equipe pedagógica deve ter plena consciência dos objetivos a serem atingidos por meio da ação pedagógica, sobre as dificuldades comunidade da qual se inserem os alunos, desta forma a escola assumirá de fato um perfil democrático (BRASIL, 2004). Assim, como documento norteador da prática escolar é imprescindível que a educação inclusiva seja abordada e sistematizada no PP.

Conforme Figueira (2011, p. 85):

[...] O PPP é o conjunto de princípios que norteia a elaboração e a execução dos planejamentos, envolvendo diretrizes mais permanentes e bem definidas, evitando a imprevisão, o serviço malfeito, a perda de tempo e de dinheiro. Saber o que pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se deseja aumenta a segurança da escola, pois esta passa a escolher as melhores estratégias para facilitar seu trabalho, o qual está fundamentado no Projeto que norteia toda Unidade Escolar, buscando um ideal comum [...].

É preciso que a construção desse projeto seja feito de forma inclusiva, investigando o modelo de escola, qualidade, que tipo de cidadão pretende-se formar. É necessário que haja uma preocupação efetiva com os alunos, para que tenham uma aprendizagem significativa. Medel afirma que:

O PPP deverá ser construído com clareza no que se refere ao compromisso ético-pedagógico de contribuir para a formação e educar o cidadão de hoje para se tornar crítico, reflexivo e criativo, capaz de atuar e ajudar a transformar e melhorar a sociedade da qual faz parte (2008, p. 15).

Portanto, a construção da escola inclusiva exige mudanças na cultura pedagógica vigente e nas suas conseqüentes práticas. Essas transformações serão efetivadas através da certeza de que a escola precisa mudar; da vontade política de promover mudança e da construção de novas formas de relacionamento no contexto educacional, levando em conta a capacidade e o interesse de cada aluno e a atuação do professor.

2.4.1 O perfil do professor inclusivo

A formação de profissionais de educação é um tema também bastante discutido e de total importância quando a perspectiva do sistema de ensino é o de assegurar a matrícula de todos os alunos no ensino regular, principalmente na classe comum (MANTOAN, 2006).

Para abordar a formação dos educadores na área de educação especial na LDB de 1996 são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 49).

Esse item da LDB trata da mudança do ensino especial para o ensino regular com relação às pessoas com deficiência. Assim, é preciso que estas modificações sejam concretizadas para que as escolas possam, de fato, acolher todas as crianças sem exceções. Porque essa inclusão depende da disponibilização e da formação dos educadores. Para Sousa e Prieto:

Tal constatação causa estranheza quando se trata da formação de um profissional que, para além do domínio de habilidades exigidas para o exercício profissional no ensino comum, deverá ter qualificação para concretizar o especial’ da educação (2002, p. 131).

A amplitude da inserção de alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns deixa claro que, desde a última década do século XX, envolve investimentos de diversas formas assegurando sua permanência, entendidas como processo de aprendizagem. Neste sentido Xavier (2002, p. 19) considera que,

a construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

É preciso que essa perspectiva seja trabalhada ao longo da formação docente para que ocorra uma vivência que reforce o caráter democrático da escola e da sociedade que o apoia. Sendo assim, a formação continuada do educador precisa

ser compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que nessa perspectiva deve garantir que os docentes sejam capacitados para elaborar e implementar novas propostas e práticas de ensino, assim poderão corresponder às necessidades dos alunos com deficiências (MANTOAN, 2006).

Desta forma, os professores precisam ser capazes de verificar as práticas dos conhecimentos atuais dos educandos e as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem. É preciso que as atividades quando forem elaboradas tenham como base mais de uma fonte de pesquisa criando-se ou adaptando-se materiais e observando-se os alunos para que as informações sirvam de suporte para melhorar o currículo e aprimorar o aprendizado dos alunos.

Conforme Mantoan, “o professor deve estar apto a desenvolver um trabalho que iguale as oportunidades educacionais entre normais e deficientes, sem prejuízo para ambos” (1997, p.148). Dessa forma o educador precisa se aperfeiçoar de forma a desenvolver práticas pedagógicas conforme a capacidade de cada indivíduo, organizando situações de aprendizagem significativas a todos, com ou sem deficiência. Para tanto, precisa conhecer a realidade vivenciada por cada aluno no seu cotidiano, de forma a elaborar um perfil que o ajudará na realização de seu trabalho. Para Mazzotta (1996, p. 23)

Não cabe ao professor papel de mero executor de currículos e programas pré-determinados, mas de alguém que tenha condições de escolher atividades, conteúdos e experiências que sejam mais adequados para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos tendo em conta seu nível e suas necessidades.

Sabe-se que não existe uma metodologia ideal de conteúdos e experiências que atenda de maneira adequada a esses indivíduos. Entretanto, isto não significa que seja impossível a elaboração desses currículos que possam de alguma forma atingir a todos estilos e necessidades de aprendizagem. Assim, é necessário buscar meios e conteúdos diversos para que os educadores possam desenvolver os componentes curriculares na perspectiva da inclusão.

Para tanto, é necessário que o professor tenha interesse, competência e dedicação no processo pedagógico. É preciso que compreenda e respeite as deficiências e dificuldades desses alunos. Para que isso aconteça de fato é importante que esteja preparado, buscando inovações e se aperfeiçoando a todo o

momento, porque a formação é um processo contínuo, que implica reflexões sobre valores, conceitos e práticas.

Afinal, a forma como o professor enxerga e trabalha com o aluno com deficiência pode definir e interferir na relação entre ambos, logo, no sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Conforme analisa Figueira (2011, p. 79) “o educando, antes de sua deficiência e de ser alguém com necessidades educacionais especiais, precisará ser visto como uma pessoa que tem desejos, expectativas e dificuldades”.

É importante que o professor tenha capacidade de reconhecer que nem todos os alunos possuem a mesma rapidez em aprender, pois os ritmos são diferenciados. Por isso o educador deve ser um mediador, buscando a partir desses diagnósticos um método para o crescimento do indivíduo, seja com ou sem deficiência. Com ou sem dificuldade de aprendizagem. Assim, o aluno poderá ser mais independente e mais capacitado.

De acordo com Mittler (2003, p. 184),

[...] os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação[...].

Logo, a formação do professor deve ser norteada pelo reconhecimento de que tem o papel, juntamente com a comunidade escolar, de oferecer a estas crianças subsídios para que realmente possam aprender a conviver com as outras, livres dos preconceitos e, sobretudo que sejam respeitadas suas limitações e o seu tempo de aprendizagem, de forma a efetivar a inclusão escolar.

2.4.2 Como efetivar a inclusão escolar

Sabe-se que para modificar ações excludentes no contexto educacional é preciso transpor vários obstáculos. Um deles é modificar a prática de ensino, construindo uma escola aberta para todos, reorganizada pedagogicamente, ofertando espaços para a cooperação, diálogo, solidariedade e criatividade.

A educação inclusiva de alunos com deficiências depende significativamente de que a escola, a família e a sociedade assumam uma postura consciente da

importância desta inclusão na vida destes sujeitos. Neste sentido, é preciso que ocorram práticas pedagógicas que minimizem a exclusão, seja no contexto escolar, familiar, ou em outros meios sociais. É preciso que sejam consideradas mais suas necessidades do que as suas deficiências.

Para que a escola inclusiva obtenha um resultado significativo é necessário que haja uma colaboração de todos aqueles que fazem parte da equipe pedagógica, juntamente com o apoio da família e da comunidade, todos engajados com o mesmo objetivo. As escolas inclusivas necessitam também de equipamentos tecnológicos que facilitem a aprendizagem, um núcleo de apoio pedagógico especializado, cursos para desenvolver as linguagens de sinais, entre outras.

Para Mantoan (2006, p. 40):

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas especialmente as de nível básico - ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Assim são necessárias modificações na gestão, organização, nos equipamentos, suplementos multiterapêuticos, entre outros aspectos. Também é preciso que haja uma política do Ministério da Educação em seu conjunto, implicando uma transformação de educação como um todo, com a oferta de programas econômicos e sociais que abordem parte das causas relacionadas a inclusão (idem).

Para a escola tornar-se inclusiva, de fato, implica acolher a todos os seus educandos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Deve-se ter como meta os princípios básicos da igualdade de direitos, fazendo com que os textos normativos sejam rigorosamente cumpridos e colocados em prática. Além disso, requer também que o professor seja um grande mediador e que esteja em constante aperfeiçoamento, pois assim poderá atender as diferentes necessidades dos educandos.

3 A PESQUISA DE CAMPO: A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA

Este capítulo apresenta o estudo de caso realizado em uma escola pública de Ensino Fundamental, na qual foram coletados dados sobre a temática proposta nesta investigação, por meio de observação, entrevista com professora e realização de um projeto de intervenção pedagógica, atividades essas contextualizadas no estágio supervisionado.

3.1 O estágio como pesquisa: metodologia

Este estudo de caso, conforme propõe Gil (2002) aconteceu na escola-campo de estágio supervisionado III do curso de Pedagogia-PARFOR. Foi organizado em dois momentos: um período de observação em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental, quando também foi realizada uma entrevista com a professora da turma observada. Procurou-se observar e averiguar questões relacionadas a educação inclusiva.

Depois, em outro período, foi planejado e executado um projeto de intervenção, considerando a inclusão educacional, organizando atividades que explorassem o respeito ao outro e as diferentes necessidades dos educandos.

Neste sentido, o estágio foi um espaço de pesquisa possibilitando uma ressignificação da identidade do educador-pesquisador, que já está no exercício do magistério. Enquanto professor-aluno, no presente trabalho, buscou-se refletir teoricamente e trabalhar conteúdos e atividades do estágio relacionados a temática central.

Neste contexto, o estágio tornou-se uma possibilidade de formação contínua e de desenvolvimento profissional, conforme propõem Pimenta e Lima (2012, p. 268), quando defendem que este contexto está relacionado à “formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização indentitária e profissional”.

Pelo exposto, o estágio para professores-alunos que já exercem o magistério tem um sentido e significado a partir da natureza do trabalho docente, que requer constante revisão das práticas, inclusive sobre a inclusão educacional, no sentido de tornar o professor um sujeito que constrói conhecimento, com capacidade de

analisar sua prática fundamentada em um referencial teórico que lhe permita, como resultado, buscar uma educação de qualidade, preocupada com a inclusão.

Neste contexto é importante e indispensável reflexões, discussões e trocas de experiências durante este processo, possibilitando que professores e alunos das escolas-campo, comunidade escolar e universidade possam pensar e explorar questões fundamentais como a inclusão educacional.

A primeira etapa do estágio como pesquisa aconteceu por meio da observação. Uma atividade essencial para pensar o contexto educacional. Weffort (1997) avalia a importância de educando o olhar da observação, um exercício eficaz para diagnosticar o que a escola e os alunos necessitam e como constroem o saber. A observação situa o professor-pesquisador e o estagiário orienta a prática pedagógica.

A autora propõe então que “observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim, fazer vigília, estar e permanecer acordado, na cumplicidade da construção do projeto, na comunidade pedagógica” (idem, p. 3). Em consonância com esta ideia, o ato de observar está inteiramente relacionado a ação de planejar, não só uma pesquisa, mas o cotidiano pedagógico.

Em síntese, a observação é uma ação altamente reflexiva quando o olhar está pautado para buscar ver o que ainda não sabe. Não é um olhar vago, a espera de descobertas. É um olhar focalizado para detectar, diagnosticar o saber e o não saber do grupo. Nesse sentido, a realização de uma pesquisa durante as atividades de estágio supervisionado propiciou uma reflexão sobre o ato de observar. Tanto o pesquisador quanto o profissional da educação comprometido tem como base de atuação aprender a olhar, a enxergar a criança, a comunidade atendida e cada necessidade e especificidade apresentada pelas crianças.

Contudo esse aprendizado a partir do olhar estudioso, curioso e pesquisador, envolve ações exercitadas do pensar e classificar, selecionar, ordenar, comparar, resumir, para assim poder interpretar os significados lidos. Neste sentido o olhar e a escuta envolve uma ação altamente movimentada, reflexiva, estudiosa (ibidem), características importantes para a educação inclusiva e foi um importante instrumento de coleta de dados.

3.2 A escola investigada

As atividades de estágio-pesquisa foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Alírio Meira Wanderley (Figura 1), com localização na Rua Francisco Pontes, s/n no Bairro Salgadinho, cidade Patos-PB. Esta escola municipal constituída atendia crianças da pré-escola, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em turno matutino e do 6º ao 9º ano no turno vespertino.

Figura 1 – Fachada da EMEF Alírio Meira Wanderley



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

A EMEF Alírio Meira Wanderley foi decretada no ano de 1981 e construída no ano de 1970. Em 1989 recebeu ampliação feita com recursos próprios e em 2008 foi reformada. A instituição recebeu esse nome em homenagem ao escritor e romancista patoense Alírio Meira Wanderley.

A escola campo de estágio possui prédio próprio e apresentava uma estrutura física bem conservada. Era formada por um quadro de 21 (vinte e um) pavimentos que estavam assim distribuídos: sala para direção com climatização, 10 (dez) salas de aulas bem claras e ventiladas, laboratório de informática com internet, almoxarifado, depósito para merenda, sala para o funcionamento de uma rádio, depósito para material de higiene, 02 (dois) banheiros (masculino e feminino) para os alunos, 01 (um) banheiro para os funcionários, 01 (um) banheiro apropriado para cadeirantes, demonstrando adequação do espaço às normatizações acerca da escola inclusiva, cozinha, quadra de esporte descoberta e área para recreação na

terra. A referida escola não dispunha de sala para professores, nem sala de vídeo, biblioteca, auditório refeitório.

Quanto a recursos, equipamentos e materiais, dispunha de 20 (vinte) computadores, 03 (três) impressoras, 02 (duas) televisões, 02 (dois) aparelhos de DVD, 03 (três) caixas de som, 02 (dois) bebedouros, 12 (doze) estantes, 06 (seis) armários, 03 (três) microfones, 01 (um) Datashow, 01 (um) retroprojetor, 01 (um) notebook, freezer, geladeira, fogão industrial, fogão de seis bocas e utensílios de cozinha necessários para a preparação da merenda escolar.

No que se refere a materiais pedagógicos, a escola disponibilizava livros didáticos suficientes para todos os alunos. Dispunha também de jogos educativos voltados para trabalhar leitura e matemática, livros paradidáticos em quantidade satisfatória.

A E.M.E.F. Alírio Meira Wanderley apresentava um quadro de 37 funcionários. Dentre estes estavam a gestora com Magistério e Licenciatura em Geografia, a gestora adjunta com formação em magistério e superior em Licenciatura em História, a supervisora formada em Geografia, responsável pelo acompanhamento pedagógico. A equipe técnica assumia cargos designados pela Secretaria de Educação. Também fazia parte dessa equipe a orientadora educacional que fazia parte do quadro de efetivos, 23 (vinte e três) professores, sendo 20 (vinte) efetivos e 03 (três) prestadores de serviços. Contava ainda 02 (dois) técnicos administrativos, um para cada turno, 06 (seis) auxiliares de serviços (merendeiras e auxiliares de limpeza), 01 (um) inspetor nos turnos manhã e tarde, 01 (um) vigia noturno.

Quanto ao corpo docente, a maioria possuía graduação e pós-graduação, apenas 01 (uma) estava cursando pedagogia. Os demais funcionários tinham formação em nível médio e 01 (uma) estava cursando também pedagogia. Já o corpo discente era composto por 515 (quinhentos e cinco) alunos matriculados no ano de 2014, distribuídos em 19 (dezenove) turmas. A pré-escola era dividida em 02 (duas) salas de aula e atendia 30 crianças. As turmas que formavam o Fundamental I totalizavam 185 (cento e oitenta e cinco) crianças. No turno da tarde funcionava o Fundamental II com a soma de 290 (duzentos e noventa) alunos.

3.2.1 A sala de aula: Observação e a voz da professora

Foram realizadas observações durante uma semana, quando se acompanhou e registrou atividades desenvolvidas na turma do 3º ano (Figura 2), composta por 30 alunos, que tinha como educadora uma profissional graduada em Pedagogia, que atuava no magistério há 28 anos.

Figura 2 – A sala de aula observada



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

No primeiro dia de observação as crianças chegaram e permaneceram no pátio da escola, onde foram realizadas oração e músicas com as crianças, que logo em seguida se dirigiram para salas de aula em filas. A professora apresentou para a turma a estagiária-pesquisadora e observou-se que na referida turma existia um índice muito grande de crianças que ainda não dominavam as habilidades de leitura e escrita.

Diante dessa realidade, a professora separava as crianças em duas filas porque 16 alunos já sabiam ler enquanto 14 não sabiam, informando que ficava mais fácil o desenvolvimento de atividades de leitura entre eles. A sala de aula era bem iluminada e ventilada, mas pequena para tantos alunos. Possuía janelas, dois ventiladores e uma televisão que não foi utilizada nos dias da observação. As paredes eram decoradas com cartazes feitos pela professora com o alfabeto e números, os quais foram explorados em todos os dias observados.

O relacionamento da professora era baseado na dedicação e prazer no que fazia. Sempre se mostrou tranquila, paciente e atenciosa com os alunos, respeitando

os diferentes ritmos de aprendizagem. Durante a aplicação das atividades tinha muita dificuldade em despertar a atenção do grupo que não sabia ler. Percebeu-se a necessidade de projetos voltados para aquela turma e parcerias com outros profissionais, para colaborar com aquele trabalho.

Sobre isso, na entrevista realizada, professora mencionou que seria ideal se houvesse um acompanhamento pedagógico juntamente com a professora em sala de aula, com forma de melhorar e reforçar a qualidade de ensino.

Em relação a seu trabalho em sala de aula, comentou sobre sua preocupação quanto à estrutura do espaço escolar, que acabava tornando-se excludente. Nesse sentido, retoma-se as reflexões de Mantoan (1997, 2006), quando propõe a construção de uma nova escola, em diferentes aspectos, inclusive na estrutura física.

A professora entrevistada costumava trabalhar atividades variadas, enfocando aquelas lúdicas e diferenciadas que despertassem a atenção do aluno em querer aprender. Diante as dificuldades dos alunos, mencionou que reservava uma hora na parte da tarde para ministrar uma espécie de reforço aos alunos, demonstrando grande preocupação em trabalhar os diferentes tempos de aprendizagem, como sugere Sanchez (2005).

Dentre os 30 alunos mencionados, um era definida como criança especial, com questões de socialização. A professora indicou que no início do ano letivo, mostrava-se quieto excessivamente, não interagia. No decorrer do trabalho desenvolvido pela professora, passou a participar de círculos de amizades, embora seu desenvolvimento tivesse ritmo diferentes das outras crianças.

Assim, a professora reafirmou sua preocupação com as crianças que possuíam dificuldades em aprender, na tentativa solitária de oferecer um ensino de qualidade, mas sua formação não contemplou a perspectiva da inclusão e também não considerava a escola inclusiva em todos os sentidos, porque faltava recursos e formação continuada para que pudessem trabalhar nessa perspectiva.

Foi possível perceber que, muitas vezes ocorre a integração da criança especial e exclui todas as outras, ao contrário do que definem os documentos oficiais e as leis voltadas para a educação inclusiva (BRASIL, 1994, 2008, 2011).

3.2.2 O projeto de intervenção realizado na escola

As atividades de docência no período do estágio supervisionado III na escola Alirio Meira Wanderley ocorreu na turma observada, do 3º ano, turno da manhã. Procurou-se integrar um dos objetivos da pesquisa, de pensar uma sala de aula inclusiva, a partir de atividades e conteúdos relacionados aos conteúdos trabalhados pela professora no período de intervenção, articulando propostas de educação inclusiva às demandas de conteúdo da professora da escola-campo, em uma atividade de parceria apresentada no Anexo A.

No primeiro dia iniciamos a aula com um texto que tinha como título “A casa amarela” que tratava da história de uma criança com deficiência auditiva e de fala. Seus pais preocupavam-se muito com ela, pois não tinha amigos, já que ninguém o compreendia e na escola nem os colegas de turma nem a professora entendiam porque o Kauã era daquele jeito.

Os alunos ouviram a história e depois, em uma roda de conversa, contaram que tinham crianças como Kauã na escola. Depois, foi realizada uma dinâmica: cada um recebia uma folha, desenhava um peixinho e colocava em um aquário desenhado no quadro. Foram produzidos desenhos muito diferentes, conforme exposto no quadro 1 e a discussão foi muito gratificante, porque interagiam, falando sobre as diferenças e relatando histórias do dia a dia.

Quadro 1 – Atividade explorando as diferenças: o desenho do peixe



Fonte: arquivo pessoal (2014).

No segundo dia de intervenção, explorou-se a cedilha e palavras com a letra C. Mais uma vez foi trabalhado o tema diferença, e o respeito à diversidade. Mas

enfocando as diferenças entre tais letras. Posteriormente foi exposto no quadro cartazes com figura de um palhaço e de um circo (Quadro 2), que embasaram a narração da história do palhaço Pipoca, que morava no circo.

Quadro 2 – Atividade de contação de história explorando Ç e C



Fonte: arquivo pessoal (2014).

Em seguida, foram coladas fichas no quadro com palavras grafadas com cedilha (Ç) e com (C). Para finalizar a atividade, as crianças participaram de um jogo com as palavras trabalhadas (Quadro 3).

Quadro 3 – Jogos em grupo explorando Ç e C

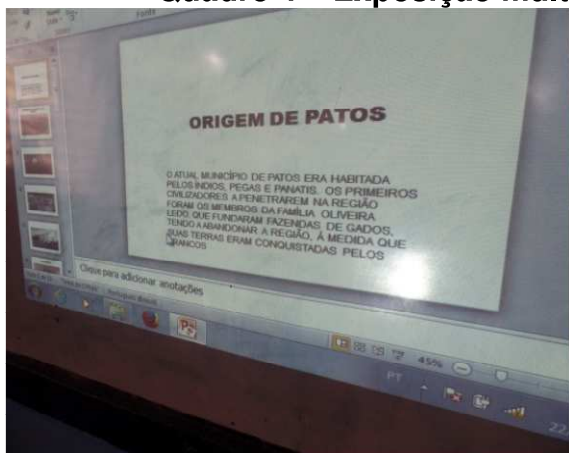


Fonte: arquivo pessoal (2014).

Na terceira intervenção o conteúdo trabalhado foi a história do município de Patos através do projetor multimídia. Foram ressaltados pontos importantes contidos no texto entregue aos alunos, que estavam em duplas e pares de produção: um avançado na produção escrita e outro que tinha muita dificuldade.

Em seguida foram apresentados *slides* com imagens da cidade de Patos (Quadro 4), explorando fotos antigas e atuais, e enfatizando diferenças e continuidades. Mesmo com temas tão diferentes, foi possível explorar e fortalecer a ideia do respeito ao outro, do trabalho de considerar diferentes ritmos e tempos de aprendizagem.

Quadro 4 – Exposição multimídia sobre a cidade de Patos



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

No segundo momento foi feita uma revisão do conteúdo, solicitada pela professora da turma, com o intuito de retomar conteúdo trabalhado, contribuindo na aprendizagem dos alunos. Foram realizadas atividades com palitos de picolé, explorados cartazes (Quadro 5) e realizados jogos, quando as crianças mostraram interesse pela atividade sobre a história do município.

Quadro 5 – Retomada de conteúdo trabalhado: historia do município



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

No quarto dia de docência foi realizada a culminância do projeto com a narração da história “A casa amarela”, trabalhada anteriormente. Em seguida, foi organizada uma dramatização da história (quadro 6).

Quadro 6 – Dramatização da história “A casa amarela”



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

As crianças estavam todas fantasiadas com personagens da história, enquanto era feita a narração, demonstraram entusiasmo e entendimento pelo que foi narrado. Por fim, verificou-se que a prática pedagógica pode ser inclusiva, porque pode tratar do aluno com deficiência, inclusive como tema e eixo temático. Mas em toda e qualquer atividade, explorar o respeito e a existência da diversidade é outro passo para educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa realizada, foi possível perceber que o processo de inclusão educacional faz-se necessário e urgente. Soube-se que existem políticas específicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como documentos importantes e norteadores, como a Declaração de Salamanca, um dos mais abrangentes a nível internacional, que contempla a inclusão de alunos com deficiência. Mas a realidade ainda está distante do legislado e proposto.

Verificou-se que as escolas precisam estar preparadas para suprirem as necessidades dos alunos, todos eles e na escola investigada ainda está longe disso. O espaço físico anuncia essa defasagem. A inclusão não deve ser apenas uma proposta escolar, mas um compromisso social. Para isso é preciso que todos envolvidos com a educação escolar – governos, secretarias, escolas e professores – voltem suas preocupações e ações às necessidades que circundam os indivíduos. Isso porque se deve pensar na formação do sujeito em seu desenvolvimento pleno.

A educação inclusiva é um direito que lhes é devido e as instituições escolares tem um importante desafio em relação ao processo de inclusão educacional, que é o de conseguir fazer com que haja aprendizagem com todos os alunos, com ou sem deficiências. Neste sentido, a temática que deu ênfase a esta pesquisa pode ser aprofundada em outros estudos formais, como uma especialização, mestrado ou doutorado mediante a relevância do tema, acompanhando escolas públicas e ou redes de ensino que efetivam a educação inclusiva.

Portanto, o que se deseja é um futuro mais promissor, em que os alunos com deficiências possam alcançar seu devido espaço. Assim, serão capazes de continuar a luta por uma vida com mais liberdade e capacidade de exercer sua cidadania, convivendo com a diversidade e aprendendo com suas próprias limitações. Neste sentido, o professor deve ser um indivíduo preparado nos aspectos psicológico e emocional, dispondo de recursos didático-pedagógicos que possibilitarão incentivar, cada vez mais, o aprendizado dos alunos com deficiências.

Por fim, pretende-se que este trabalho possa servir de fonte, de estímulo e pesquisa para todas as pessoas que se interessam pelo tema, como também se espera que seja um subsídio de aperfeiçoamento profissional, contribuindo de

maneira significativa na produção acadêmica que busca a formação de educadores, e que, de alguma forma, irão atuar na educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**, Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.611- 17** de Novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7611-17-novembro-2011-611788-publicacaooriginal-134270-pe.html>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 1988. Brasília: Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008a.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2. Ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

_____. **Educação Inclusiva: fundamentação filosófica**. Org. Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394/1996.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca**: Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <<http://9cndca.sdh.gov.br/legislacao/Lei8069.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é Educação Inclusiva**: Brasiliense, São Paulo, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: SENAC, 1997.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas: Autores Associados, 2008.

MESSEDER, Hamuribi. **Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, M^a Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil *In*: ARANTES, Valéria Morin. (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2006.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão- Revista de educação especial**, p. 7-23, out. 2005.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. Educação e inclusão social. *In*: GUERRA, Rafael Angel Torquemada. **Cadernos CB virtual 8**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Sandra Maria Sáxia; PRIETO, Rosângela Gavioli. A educação especial. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de. ADRIÃO, Theresa (org). **Organização do ensino no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2002.

TESSARO, Nilma S. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

WEFFORT, Madalena Freire. Educando o olhar da observação. *In*: _____. **Observação, registro, reflexão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2002.



ANEXO A – PROJETO PEDAGÓGICO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROJETO DIDÁTICO: INCLUSÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DO ENSINO APRENDIZAGEM

PATOS – PB

2014.2

| IDENTIFICAÇÃO |
|--|
| Disciplina: Estágio Supervisionado III |
| Escola Campo: E.M.E.F. Alírio Meira wanderley |
| Estagiários: Girlene Nóbrega de Medeiros |
| Profª supervisora de estágio da UEPB: Rosângela de Araújo Medeiros |
| Profª. supervisor de estágio da escola-campo: Maria do Socorro Lucena |

| ESTRUTURA | | | | | | | |
|----------------------------------|---------------|--------------|----------------------------|-----------------|-------------|----------------|--------------------|
| Nível de Ensino | Turma(s) | Turno | Data | Duração da aula | Nº de aulas | TEMPO | |
| | | | | | | Início | 7:30 hs |
| (x) Fundamental () Médio | 3º ano | Manhã | 20 a 23/10/2014 | 2 hs | 04 | Término | 9:30 hs |

| APRESENTAÇÃO |
|--|
| <p>O processo de inclusão social, formação e construção da autonomia da pessoa com deficiência requer ações decisivas por parte dos sujeitos envolvidos no processo inclusivo e dos sujeitos que participam de sua socialização e interação com o meio. O conhecimento sobre a deficiência e sobre as implicações para o indivíduo que a possui, possibilitam a realização de uma inclusão eficaz, visto que, permite a realização de atividades que objetivem desenvolver potencialidades, ampliar habilidades e construir conhecimentos de forma rica e participativa. O presente projeto visa informar e instruir sobre os desafios, avanços e possibilidades que permeiam a realidade das pessoas com deficiência inseridas na escola regular, pois cada indivíduo, com ou sem deficiência, é um ser único e especial, capaz de aprender, socializar e produzir algo. Neste contexto, ressalta-se a importância da evolução do aluno com deficiência, envolvido no ambiente escolar e da sua interação em sociedade. Tais aspectos promovem um melhor desenvolvimento e propiciam a melhoria de sua auto-estima.</p> |

| JUSTIFICATIVA |
|---|
| <p>Muitos são os desafios contemporâneos do processo pedagógico a serem enfrentados pelo professor em sua prática profissional. Estes desafios são de muitas naturezas, sendo o processo de inclusão uma necessidade que exige do professor habilidade em lidar com a diversidade. A inclusão de crianças em escolas regulares tem sido tema de muitas outras pesquisas e os resultados têm apontado à existência de muitos estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. Esse fato vem gerando muita preocupação no meio científico e</p> |

educacional, uma vez que essas crianças, assim como as demais, são detentoras de identidades tanto biológicas quanto sociais que precisa ser considerada e valorizada. Tais reações impedem que a sociedade acredite no desenvolvimento potencial e cognitivo desses sujeitos. Pois, o estigma ainda está presente na imagem que pais e professores constroem da criança especial e consequentemente, influencia no relacionamento estabelecido com ela, uma vez que a deficiência ainda é vista por muitos como uma marca fixada no sujeito e por esse motivo, passam a instituir comportamentos restritos e indiferentes com esses sujeitos, levando-os a segregação pedagógica e social. Por isso, ao delimitar o tema desse projeto de pesquisa, levou-se em consideração a grande relevância em compreender a representação social das pessoas que convivem diariamente com essas crianças para que se possa compreender a natureza e a qualidade de suas intervenções, haja vista que a representação que se faz de um indivíduo implica diretamente na relação que será estabelecida com ele.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Cartazes, Netbook, fichas, lápis de cor, atividades xerocadas

METODOLOGIA

Apresentação do tema com esclarecimento de conceitos

Contação da história "A casa amarela"

PRODUTO FINAL

Foi feita uma narração da história e seguida de uma dramatização feita pelas crianças.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará por meio do acompanhamento do professor no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos envolvidos com foco de aprendizagem

.

DIA 20 de outubro - AULA 01 - 7h30min

CONTEÚDO

Texto “A casa amarela”

OBJETIVOS

- Compreender o que os alunos aprendem com a leitura em voz alta feita pelo professor.
- Fomentar a prática de leitura e destacar a importância da leitura oportunizando momentos de satisfação e enriquecimento cultural de forma lúdica e prazerosa

DESENVOLVIMENTO

Apresentação do projeto

Narração da história “A casa amarela”

Dinâmica “Respeitando às diferenças”

Música “Peixe vivo”

Desenho e colagem

Comentário sobre as diferenças dos desenhos

DIA 21 de outubro – AULA 02 – 7h30min

CONTEÚDO

A cedilha

OBJETIVOS

- Automatizar a leitura e a grafia de palavras com cedilha

DESENVOLVIMENTO

Apresentação de cartaz

Fichas

Jogos educativos

DIA 22 de outubro – Aula 03 – 7h30min

CONTEÚDO

A história do município de Patos

OBJETIVOS

- Compreender a importância de conhecer a história do município.
- Conhecer o contexto histórico que deu origem ao seu município.

DESENVOLVIMENTO

Roda de conversa

Slide

Cartaz

Material concreto

Jogos

DIA 23 de outubro – AULA 04 – 7h30min

CONTEÚDO

- Culminância do projeto: Narração e dramatização da história “A casa amarela”.

OBJETIVOS

- Desenvolver a desinibição e o desembaraço necessários à dramatização de uma história lida.

DESENVOLVIMENTO

- Narração da história
- Dramatização do texto